

**1º ENCONTRO NACIONAL
DIVERSIDADE EM ARQUIVOS**

**João Pessoa-PB
8-11 out 2018**

A escassez de fontes primárias de feministas do século XX

Bárbara Moreira Silva de Barros

Mestranda FCRB

RESUMO:

O artigo apresentado consiste no mapeamento dos arquivos pessoais das militantes da chamada “primeira onda” feministas que atuaram no Rio de Janeiro no período de 1900 a 1950, com o objetivo de comparar quantos são em relação a outros tipos de arquivos pessoais e ressaltar como estes conjuntos documentais são importantes para a história e memória dessas mulheres inseridas na luta pela equidade de gêneros. Como metodologia, realizaram-se pesquisas via internet nos acervos de instituições arquivísticas do Rio de Janeiro para identificar quais possuem documentos de feministas; além de pesquisas bibliográficas visando entender a relação entre os arquivos pessoais, o feminismo e os arquivos de mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos pessoais; feminismo; arquivos de mulheres.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente artigo apresenta a pesquisa realizada em diversas instituições de memória do estado do Rio de Janeiro que possuem, em seus acervos, fundos arquivísticos, a fim de localizar arquivos pessoais de feministas brasileiras da primeira metade do século XX. Isso no intuito de notabilizar essas fontes primárias como opções de preservação da história e trajetória dessas mulheres.

O ápice do interesse por esse tipo de pesquisa ocorreu, quando na tentativa de consultar aos arquivos da escritora, jornalista e feminista Patrícia Galvão - a Pagu, algumas dificuldades, por conta de fragmentação e de descaso, foram percebidas. Isso porque, apesar de cerca de três mil arquivos originais da militante encontrarem-se digitalizados e disponíveis no *Centro de Estudos Pagu* pertencentes à Universidade Santa Cecília, em Santos, sob a coordenação de Lúcia Maria Teixeira Furlani, outra parte da documentação pessoal da escritora, segundo a reportagem publicada pela *Folha de São Paulo*, foi encontrada em sacos destinados à coleta pública de lixo, em uma das ruas do bairro Butantã, na cidade de São Paulo, pela catadora de papéis Selma M. Sarti. Em seguida, sendo entregue à UNICAMP e, posteriormente, incorporado ao Arquivo Edgard Leuenroth, como coleção Pagu e Geraldo Ferraz (escritor, jornalista, crítico literário brasileiro e segundo esposo de Pagu). Entretanto quantas outras continuam desconhecidas pelo público com seus arquivos em detritos?

Por isso, a escolha por atrelar a pesquisa a alguns fundos arquivísticos produzidos por mulheres está diretamente ligada a dois anseios. O primeiro é localizar fontes primárias produzidas pelo gênero feminino no Brasil, que são classificados como escassas e fragmentadas, produtos de descasos de décadas e que dificultam a recuperação das histórias dessas mulheres na sociedade; já o segundo é evidenciar esses arquivos, ao indicarem-se suas existências ou ausências com o intuito de contribuir para futuras pesquisas sobre a temática.

Observa-se que, apesar de não ser uma característica isolada do Brasil, há processos do esquecimento e do silenciamento de determinados grupos sociais ou de personagens individuais. São atividades recorrentes que vão à

contramão de um discurso de construção de uma sociedade democrática que busca a ampliação da prática da cidadania.

A investigação aqui realizada possui uma dimensão exploratória, produzida com a revisão de literatura acerca do feminismo baseamo-nos nas proposições de Alvez; Pintanguy (1981) e Schumacher; Brazil (2000), no âmbito dos arquivos pessoais Camargo (2009; 2010); Oliveira (2012); Campos (2015) e Millar (2006); e relacionado aos arquivos de mulheres Perrot (1989); Dias (1984), Lerner (1986;1993), para que suas especificidades e as relações entre si sejam extraídas. E também quantitativa referente à tentativa de identificar quais as instituições no estado do Rio de Janeiro que possuem arquivos de feministas com atuação entre 1900 a 1950.

O artigo divide-se em quatro segmentos: Identificar e contextualizar a atuação das feministas no seu tempo e seu espaço, e inserindo ainda neste primeiro momento da discussão a questão da preservação das fontes primárias destas militantes. Em seguida, são comentadas considerações sobre os arquivos pessoais e seu lugar na Arquivologia, acompanhado num terceiro momento pela exposição da pesquisa empírica nas instituições do estado do Rio de Janeiro. E, por fim, conclui-se com o relato das observações realizadas ao longo da pesquisa e efetuando novos apontamentos.

1- A MULHER CONQUISTA O BRASIL NO SÉCULO XX

Apesar da dificuldade em precisar uma data de seu surgimento, foi durante a Revolução Francesa que o feminismo adquiriu características de uma prática política organizada e foi neste mesmo período que publicaram-se brochuras que abordavam temas como desigualdade legal, participação na política e prostituição. (ALVES; PITHANGUY, 1981, p. 33,34).

As ideias feministas entoadas pelas europeias desembarcaram por aqui nas primeiras décadas do século XIX, tendo como principais defensoras as escritoras da época. Neste contexto, surgiram os primeiros jornais feitos por mulheres para mulheres, o caso de “O sexo feminino” (1873 - 1896), jornal de

muito sucesso, de propriedade de Francisca Senhorinha da Motta Diniz. De certa forma, estas publicações femininas pavimentaram caminho para o engajamento de tantas mulheres no século XX.

Apesar de ser um conceito amplo com diversas possibilidades de olhares, considera-se que:

o feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades "femininas" ou "masculinas" sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (ALVES e PITANGUY, 1981, p.9)

E continuam:

o feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação. Na busca de superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas (ALVES e PITANGUY, 1981, p.74)

A primeira metade do século XX avaliada como primeira onda do feminista e momento de ápice para o feminismo brasileiro, seja pela conquista de direitos ou pelo ganho considerável de visibilidade.

O século XX encontrou a nova geração de feministas com algumas conquistas na bagagem e, sobretudo, o justo desejo de serem cidadãs por inteiro. Influenciadas pelo avanço das mulheres em alguns cenários internacionais, elas tentavam popularizar suas reivindicações. Nas primeiras décadas do século, conviveram com os movimentos de esquerda emergentes e com as primeiras greves operárias.

À luta pelo direito ao voto somaram-se novas causas. As mulheres enfrentavam os preconceitos da vida social e política brasileira. (SCHUMACHER, 2000, p.125)

Sediados na cidade do Rio de Janeiro, até então, a capital do país, no começo do século XX, os movimentos de equidade feminina, como, por exemplo, o Partido Republicano Feminino – PRF; Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF e União Feminina do Brasil – UFB, que não conseguiram alcançar êxito em todas as suas propostas, mas, conseguiram modificar o cenário feminino da época, possuem poucos registros nas instituições de memória.

Entretanto, a discussão do papel da mulher na sociedade e a tentativa de introduzir experiências femininas nos relatos históricos corroboram para a afirmação de que “se a maior parte dos arquivos públicos, olhares de homens sobre homens, calam quantitativamente as mulheres, o olhar perscrutador, curioso e consciente de pesquisadores faz emergir qualitativamente sua presença.” (WADI, 1997, p. 50).

Com base em pesquisas que atestam que este problema não é uma questão exclusiva da realidade brasileira, apuraram-se contribuições que também abordam o tema e são relevantes a esse trabalho. A historiadora Michelle Perrot - uma das pioneiras nos estudos das mulheres na Europa -, que busca inseri-las nos relatos e nos acontecimentos históricos, costuma afirmar que pesquisas sobre o século XIX evidenciam que aqueles que dominavam a escritura da história deixaram pouquíssimos registros a respeito das mulheres, vistas como categoria destinada ao silêncio.

Para Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), historiadora brasileira, a memória da vida das mulheres vai se perdendo mais por esquecimento ideológico do que por uma real inexistência de documentos. A abordar a mesma questão, Jean-Claude Schmitt questiona como podem-se ouvir as vozes margeadas do passado se “quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais, mas não os deixavam falar?” (1990, p.284). Tais afirmações nos levam à compreensão de que na História tradicional, os personagens são integrantes dos grupos dominantes, restringindo as mulheres ao “privado”.

Gerda Lerner, em seu livro *The creation of feminist consciousness: from the Middle Ages to eighteen-seventy* (1993), detalha a exclusão sistemática das mulheres nos arquivos e na história, e as tentativas para corrigir essa situação através da criação de arquivos de mulheres.

No final do século XX, Perrot, em sua obra *Práticas da memória feminina*, apontou os arquivos de pessoas como novas possibilidades de fontes de estudos sobre as mulheres. Para a historiadora, “são os arquivos privados, outro sótão da história” (1989, p.11), acreditando que cartas, diários, anotações entre outros documentos, exprimem de forma abundante o cotidiano das mesmas, tornando-se fontes privilegiadas.

Para Constância Lima Duarte, doutora em Literatura Brasileira e pesquisadora do tema, pensar no movimento feminista é também analisar a literatura de autoria feminina, uma vez que para ela há pelo menos em nossa história quatro momentos em comuns entre esses dois grupos. Duarte que participou de um grupo de pesquisa que se reuniu com o intuito de resgatar escritoras do passado e as reacender na memória, observa que “para começar, os acervos estavam dispersos em antigas bibliotecas, fragmentados em jornais carcomidos por traças e pelo descaso oficial.” (2007, p.65).

Estes questionamentos são atuais e relevantes; pois, no ano de 2017, ocorreu no estado de São Paulo o *I Seminário Internacional Arquivos, Mulheres e Memórias*, no qual o ponto principal foi debater o lugar da mulher na história e nas instituições de preservação da memória, ou seja, a questão da preservação sendo vista e reconhecida sua importância, ainda assim, há um longo caminho a ser traçado.

A questão é que homens e mulheres foram excluídos e discriminados por causa da sua classe. Porém nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa do seu sexo, entretanto, todas as mulheres foram. (LERNER, 1986, p.5)¹

¹ Tradução nossa: “The point is that men and women have suffered exclusion and discrimination because of their class. No man has been excluded from the historical record because of his sex, yet all women were.”

As falas supracitadas proporcionam uma reflexão sobre a exclusão das mulheres de uma forma geral dos registros que são definidos como históricos, sendo que a afirmativa de Michelle Perrot autentica a ideia de utilizar os arquivos pessoais de feministas para preencher as lacunas deixadas pelos poucos registros oficiais e também de poder analisar os fatos por um outro viés.

2- ARQUIVOS PESSOAIS NA ARQUIVOLOGIA

Sendo assim, buscou-se apresentar nesta segunda etapa do texto, os alicerces teóricos a fim de demonstrar que os conceitos, as teorias e os princípios que subsidiam os arquivos públicos e os arquivos de pessoas são os mesmos.

Os arquivos pessoais ou privados, apesar de fazerem parte do universo da Arquivologia, por muito tempo não foram aceitos por teóricos como arquivos de fato, sob a alegação de não possuírem as características de documentos arquivísticos. Mesmo sendo esta uma realidade que já se modificou; ainda assim, acredita-se que há necessidade de se estabelecerem parâmetros mais solidificados sobre o assunto.

O uso da palavra “privado” remete àquilo que não é público, parecendo não exprimir em sua totalidade o significado desses conjuntos. Pois ele pode possuir um caráter privado em sua fase de formação e, posteriormente, ganhar um caráter público. Silva (2013) esclarece que este caráter privado atribuído a estes arquivos pessoais se refere às atividades que o titular desempenha ao longo da sua vida na esfera privada. Dessa forma, para que o acervo se torne público, dependerá do valor que lhe poderá ser concedido no futuro em decorrência das atividades ou da posição social do titular.

Ao buscar-se a definição de arquivos pessoais, percebe-se que:

Os arquivos pessoais são produzidos por um indivíduo como produto de suas atividades pessoais, profissionais ou ainda pelo ato de colecionar materiais de sua preferência. Estando ou não ligados diretamente à figura de seu titular, podendo reunir documentos em papel e/ou objetos variados. Diferenciam-se dos arquivos públicos, que são relacionados à rotina administrativa e jurídica de uma instituição, e, também, dos arquivos familiares, que nos remetem a arquivos formados por mais de uma pessoa, por vezes, repassados e organizados por mais de uma geração. Os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular. (SILVEIRA, 2013, p. 140).

Segundo Oliveira (2012), na metade do século XX, com o avanço nas ciências históricas, amplificou-se a valorização dos arquivos de indivíduos como fonte para pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da micro-história e da história cultural. A partir dessa valorização, segundo Artières (1998), houve um aumento de doação de manuscritos e dos escritos pessoais para bibliotecas.

Os arquivos pessoais oferecem a viabilidade de um outro olhar para fatos e acontecimentos, já que a conservação de inúmeros registros da vida de uma pessoa ou de uma população auxilia o entendimento sobre o seu modo de vida e pensamentos.

Entretanto, se faz necessário ratificar o papel do valor primário destes conjuntos documentais, que está diretamente condicionado a sua elaboração e aos interesses do produtor do arquivo, ou seja, acredita-se que os arquivos pessoais, assim como os públicos não são produzidos para a posteridade (Jenkinson, 1922, p.11). Sendo assim, as pessoas costumam acumular que testemunham momentos de sua vida, sejam eles relacionados a assuntos pessoais, profissionais ou de seus interesses particulares. E estes, quando reunidos em conjunto, podem revelar não apenas a trajetória de vida, mas também gostos, hábitos e valores de quem os guardou, constituindo o seu arquivo pessoal (CAMARGO, 2009). Foi esta característica que concedeu a inserção, a relevância e a fixação dos acervos pessoais na Arquivologia, como salienta Oliveira:

Os usos dos arquivos pessoais pela sociedade sem dúvida singularizam a própria constituição e preservação desses acervos. Não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área do conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade, mas são arquivos de homens e mulheres que se destacaram ao longo da história de uma sociedade. (OLIVEIRA, 2012, p. 39).

Cook, no texto *Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno*, resultado de uma palestra apresentada no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais (1997), alinha-se à vertente de que arquivos pessoais caracterizam-se como arquivo. Isso também pode ser observado no documento-proposta do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais (1997), o qual defende o reconhecimento de similaridades entre os arquivos:

Primeiro, ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. (COOK, 1997, p. 131).

Para Casanova, em 1928, no manual *Archivistica*, há um caráter orgânico na produção dos documentos de pessoas, pois são referentes à memória da finalidade de sua produção, comprovando o vínculo entre documento e produtor. Lopez (2003) afirma que, ainda que possuam uma característica informal e testem os limites dos princípios arquivísticos, são esses mesmos princípios que salvaguardam a unicidade e coesão arquivística dos arquivos de pessoas.

Oliveira ratifica o discurso de Casanova e Lopez, ao afirmar que os documentos dos arquivos de pessoas apresentam as cinco características dos

documentos arquivísticos: imparcialidade, autenticidade, unicidade, naturalidade e organicidade (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

3- Arquivos pessoais de feministas

Através desse impulso, iniciou-se uma pesquisa rápida em treze instituições que são consideradas de maior relevância no estado do Rio de Janeiro e que detêm em seus acervos a guarda de arquivos de pessoas. Não se faz distinção nesta pesquisa entre fundos e coleções com o propósito de abarcar um maior número de dados possíveis.

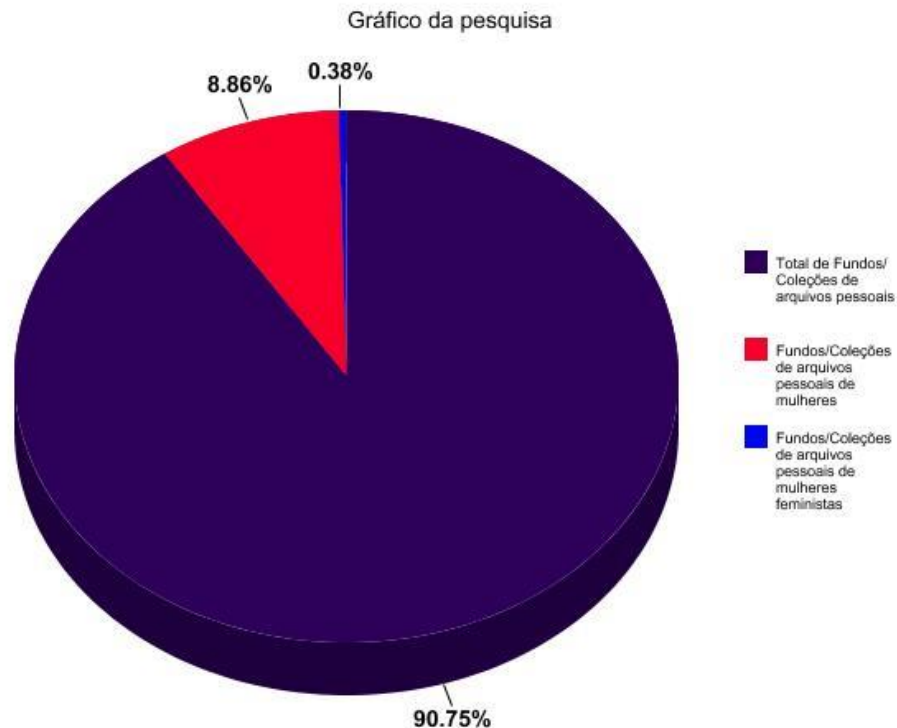
Através de suas *homepages* e instrumentos de pesquisas *online*, realizou-se uma comparação quantitativa entre fundos/coleções pessoais de homens e mulheres no estado do Rio de Janeiro. E, sobretudo, arquivos pessoais de mulheres que se declaravam feministas ou participaram ativamente de algum movimento do gênero.

Seguem o nome das instituições e o nome dos acervos, fundos ou coleções pesquisados: Arquivo Nacional - *Acervos Privados*; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - *Coleção*; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - *Coleções Particulares*; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas) - *Arquivos Pessoais*; Centro de Documentação e Informação (Fundação Nacional de Arte) - *Coleções*; Instituto Moreira Salles - *Acervos do Departamento de Literatura*; Academia Brasileira de Letras - *Acervos Arquivísticos*; Biblioteca Nacional - *Acervo de Manuscritos*; Arquivo - Museu de Literatura Brasileira (Fundação Casa de Rui Barbosa) - *Fundo e Coleções*; e Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - *Coleções Particulares*; *Museu Nacional – Acervo Histórico*; *Museu de Astronomia e Ciências Afins- Arquivos Pessoais e Casa de Oswaldo Cruz – Arquivo Histórico*.

Quadro 1 - Comparativo do número de fundos masculinos e femininos

Instituição	Total de fundos privados ou coleções de homens	Total de fundos privados ou coleções de mulheres	Total de fundos privados ou coleções de feministas
Arquivo Nacional	305	27	0
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	9	2	0
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	22	1	0
CPDOC	172	8	1
Funarte	77	15	0
Instituto Moreira Salles	24	8	0
ABL	261	7	1
MAST	43	7	0
Biblioteca Nacional	168	18	2
AMBL	148	20	1
COC	90	7	0
MUSEU	54	14	1
AMORJ	36	5	0

Em um universo de mil quatrocentos e vinte e três fundos/coleções - nos quais mil cento e oitenta e cinco são de homens, cento e trinta e nove de mulheres, noventa e três de famílias/instituições/empresas e outros e apenas seis fundos/coleções são de feministas atuantes no Rio de Janeiro no período pesquisado. Ou seja, apenas aproximadamente nove por cento são de mulheres e menos de um por cento são feministas. Vejamos no gráfico a seguir:



Os acervos das seis feministas localizados foram: Fundo Bertha Lutz (Museu Nacional), Fundo Júlia Lopes de Almeida (Academia Brasileira de Letras) e Arquivo Almerinda Faria Gama (FGV – CPDOC), todas militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Além dos: Arquivo Eugênia Álvaro Moreyra (Arquivo-Museu de Literatura Brasileira), Coleção Maria Werneck de Castro (Biblioteca Nacional), Coleção Nise da Silveira (Biblioteca Nacional), que fizeram parte da União Feminina Brasileira, e inclusive ficaram detidas juntas na Sala 4 da Casa de Detenção do Conjunto da Rua Frei Caneca em dezembro de 1935. (WERNECK, 1988).

Não poder-se-iam deixar de considerar três questões. Primeiro acentuar dois fundos que não são pessoais, porém podem conter documentos pessoais de feministas dentro do seu conjunto. São: Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF do Arquivo Nacional e o Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

A segunda questão a ser considerada, é a existência de outros acervos de feministas que também foram encontrados e, não foram citados no trabalho, pois não estão inseridos nas datas-limite desta pesquisa.

Por conseguinte, que os dados apresentados corroboram com as observações dos autores estudados e evidenciam uma exclusão das mulheres dos arquivos oficiais. E que, ainda na atualidade, o número de conjuntos documentais de mulheres preservados e disponíveis para consultas independente da área de atuação (letras, ciências, política) ou engajamento em causas sociais ainda são em todas as instituições pesquisadas menores se comparado ao de homens.

E por último, que ressaltar a afirmativa de Perrot (1989), de que buscar fontes pessoais produzidas por mulheres como uma alternativa de conhecer e entender a história das mulheres, em nosso caso, das feministas. Pois, ao pesquisarmos os acervos *in loco*, obtivermos a confirmação que é possível compreender as trajetórias dessas mulheres e de suas militâncias em movimentos feministas, mesmo que de forma indireta, através de fotografias, anotações, recortes de jornais e principalmente de correspondências.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para valorização das conquistas alcançadas até aqui por grupos sociais excluídos e oprimidos, é preciso perceber, através das histórias e registros de vida e/ou conquistas de militantes do movimento feminista, que pode-se preservar e divulgar a memória desses grupos sociais.

A realidade atual parece-nos justamente o caminho inverso, onde não há a preocupação de preservar o patrimônio, seja ele tangível ou intangível, que simboliza resistência a partir do passado com a finalidade de modificar a memória histórica (RAMPINELLI, 2013).

Seriam significativas ações e/ou atividades desenvolvidas pelo Estado que visassem reconhecer a memória de uma sociedade com o intuito de colaborar para o processo de identificação dos grupos. Pois deveras com essas ações, as histórias dessas mulheres seriam preservadas e não terminariam na galeria dos esquecimentos como muitos outros grupos.

Destacamos que por mais que tenhamos evitado verticalizar esta associação, a relação existente entre os arquivos e a memória é eminente. Uma vez que os acervos quando custodiados por instituições e disponibilizados são representações de memória, servindo de amparo para a memória, ou melhor dizendo, funcionando como “gatilhos de memória” (MILLAR, 2006, p. 122, tradução nossa). Entretanto a forma qual cada individuo fará sua associação dependerá do seu interesse pessoal e a quais grupos sociais o mesmo se insere (HALBWACHS, 2006) ou sentimento de pertencimento (ASSMANN, 2011).

Constata a importância da recuperação dessa informação, não se pretende, finalizar as referidas investigações. Tendo inclusive já se iniciado em outros estados. Isto a fim de que, dessa forma, haja uma quantidade plausível de documentos com o intuito de aumentar o número de fontes e conseqüentemente resultarem na elaboração de um de pesquisa *online* sobre o gênero e auxiliar para a perpetuação da memória das lutas das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, v.11, n.21, Rio de Janeiro, p. 9-34, 1998.

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 2º semestre, 2009 p. 26-39.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v.1, n.21, Rio de Janeiro, p. 129-149, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, Constância. Arquivos de mulheres e mulheres anarquizadas: histórias de uma história mal contada. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S.l.], n. 30, p. 63-70, jan. 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archives making*. Oxford: Oxford University Press, 1922.

LERNER, Gerda. *Definitions. The Creation of Patriarchy*. New York: Oxford University Press, 1986.

_____. *The Creation of Feminist Consciousness: From the Middle Ages to Eighteen-Seventy*. Oxford: Oxford University Press 1993.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niterói, n. 154, p. 69-82, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina, *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, p.9-18, 1989. Artigo originalmente no n. 40, p.18-27, da *Revista Traverses*.

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. *Lutas Sociais*, [S.l.], v. 17, n. 30, p. 139-142, jul. 2013.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, p.261-290, 1990.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. (orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade- biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Maria Celina. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013.

SILVEIRA, João. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. *Revista Ágora*. Florianópolis. v. 23, n. 47, p. 140-161, 2013.

WADI, Yonissa Marmitt. Histórias de mulheres: a problemática das fontes. *História & Ensino*, Londrina, v.3, p-47-56, abr. 1997.

WERNECK, Maria. *Sala 4 Primeira prisão política feminina*. Editora CESAC. 1988.

Sites consultados

Academia Brasileira de Letras. Disponível em www.academia.org.br. Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em www0.rio.rj.gov.br/arquivo/. Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Disponível em www.amorj.ifcs.ufrj.br. Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo Nacional. Disponível em <http://arquivonacional.gov.br>. Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em www.aperj.rj.gov.br. Acesso em 14 fev. 2018.

Biblioteca Nacional. Disponível em <https://www.bn.gov.br>. Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em 14 fev. 2018.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 14 fev. 2018.

Instituto Moreira Salles. Disponível em <https://ims.com.br>. Acesso em 14 fev. 2018.

Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3006200405.htm>. Acesso em 28 de janeiro 2018.

Fundação Nacional de Artes. Disponível em www.funarte.gov.br. Acesso em 14 fev. 2018.

